



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF

Apaf Ordinária Maio

25 de maio de 2025

Ao vigésimo quinto dia de maio de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Royal Tulip Brasília Alvorada, SHTN Trecho 1 Conjunto 1B Bloco C - Asa Norte, Brasília - DF, 70800-200, Alessandra Santos de Almeida (CFP) deu início ao segundo dia da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) realizada em formato presencial. Saúda a todas¹ às delegadas presentes, a todas as funcionárias e colaboradoras. Procedeu dando algumas orientações e avisos para o bom andamento da Assembleia, e chamou para a composição da Mesa Diretora as Secretárias Ailena Júlie Silva Conceição (CRP 03) e Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06). Alessandra Santos de Almeida (CFP) disse que na Reunião de Presidentes foi feito o combinado de que os Grupos de Trabalho que não possuem produto seriam discutidos em um único bloco e seria votada a continuidade destes Grupos de Trabalho também em bloco. Foi chamado Rodrigo Acioli Moura para apresentar o ponto. **Ponto 11. GT DE MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (GT DE MEDIAÇÃO) (Processo Sei nº 576600028.000019/2025-85).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta. Ele disse que foi criado em maio de 2023 (dois mil e vinte e três), composto por: 05, 10, 12, 18, 21, 22, CFP. E objetivo: A padronização e uniformização das práticas de solução consensual de conflitos no Sistema Conselhos, viabilizar trâmites administrativos e processuais, seus sistemas e formas, estabelecer pontos centrais e estruturais para essa implementação, adequar os pontos das Resoluções que tratam da temática. Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para finalização de suas atividades. **Ponto 12. GT DE REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (Processo Sei nº 576600028.000018/2025-31).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai

46 Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro;
47 CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso,
48 Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de
49 Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes
50 Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e
51 Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos;
52 CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija
53 Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano
54 Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de
55 Melo Ibiapina Neres e Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa
56 Moucherek; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de
57 Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do
58 ponto de pauta. Ele disse que foi criado dezembro de 2011 (dois mil e onze), composto por: 06, 08, 14, 17,
59 19, 23, 24, CFP. E objetivo: Rever a resolução sobre PJ, rever alguns prazos do novo CPD, rever a resolução
60 sobre atendimento online, construir políticas de enfrentamento à lógica judicializante em fase pré
61 processual no CPD, elaborar nota técnica sobre atendimento domiciliar e produzir o CPD comentado.
62 Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho
63 para finalização de suas atividades. **Ponto 13. GT APAF - REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº 18/2002**
64 **(Processo Sei nº 576600003.000066/2025-15).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota,
65 Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de
66 Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan
67 Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina
68 Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge
69 Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara
70 Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques;
71 CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva
72 Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane
73 Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria
74 Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima
75 Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de
76 Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15:
77 Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana
78 Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia
79 Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison
80 Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila
81 Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24:
82 Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa
83 Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta.
84 Ele disse que foi criado em dezembro de 2012 (dois mil e doze), composto por: 01, 02, 03, 04, 07, 23, 24 e
85 CFP. E objetivo: Elaborar normas de atuação para a psicóloga e o psicólogo em relação à promoção da
86 igualdade racial, ao enfrentamento e à eliminação do racismo e da discriminação étnico racial, explicitando
87 o racismo e preconceito racial contra os povos indígenas e povos tradicionais. Pedem a continuidade.
88 **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para finalização de suas
89 atividades. **Ponto 14. GT DE RESPONSABILIZAÇÃO DE ATOS DE ASSÉDIO E OUTRAS VIOLÊNCIAS DE**
90 **GÊNERO NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA (Processo Sei nº 576600229.000030/2025-89).**
91 Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02:
92 Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03:
93 Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP
94 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos
95 Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo
96 Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves,
97 Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e
98 Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno
99 de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima
100 Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria
101 Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira
102 de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de

103 Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos
104 Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e
105 Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e
106 Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21:
107 Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle
108 Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra
109 Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na
110 discussão do ponto de pauta. Ele disse que foi criado em dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três),
111 composto por: 05, 08, 10, 11, 13, 14, 24 e CFP. E objetivo: Elaborar documento de responsabilizações a atos
112 de violência de gênero no Sistema Conselhos, a partir do CPD (processo ético funcional), recuperar os
113 artigos 1b e 2a do Código de Ética, como dimensão ética para intervenção em situações de violência no
114 âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em
115 bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para finalização de suas atividades. **Ponto 15. GT PARA**
116 **ELABORAÇÃO POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS (Processo Sei nº**
117 **576600013.000018/2025-08).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e
118 Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida
119 Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de
120 Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena
121 Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares
122 Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora
123 Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey
124 Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene
125 Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos
126 Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de
127 Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre
128 Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida
129 Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo
130 Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia
131 Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e
132 Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo
133 Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria
134 Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha
135 Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos
136 Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta. Ele disse
137 que foi criado em maio de 2023 (dois mil e vinte e três), composto por: 01, 02, 05, 07, 10, 11, 24 e CFP. E
138 objetivo: Elaborar um projeto ampliado de comunicação para o Sistema Conselhos, elaborar um plano de
139 trabalho para a política de informação, educação e comunicação (IEC) no Sistema Conselhos. Como diretriz,
140 a Apaf sugere que o plano de trabalho contemple políticas de inclusão e acessibilidade, avaliar, ao final dos
141 trabalhos, a necessidade da criação de um comitê para acompanhamento da política de comunicação do
142 Sistema Conselhos. Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do
143 Grupo de Trabalho para finalização de suas atividades. **Ponto 16. GT DE APAF - ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA**
144 **NO USO DE MACONHA E PSICODÉLICOS EM CONTEXTO TERAPÊUTICO (Processo Sei nº**
145 **576600003.000070/2025-75).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e
146 Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida
147 Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de
148 Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena
149 Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares
150 Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora
151 Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey
152 Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene
153 Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos
154 Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de
155 Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre
156 Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida
157 Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo
158 Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia
160 Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e

161 Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo
162 Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria
163 Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha
164 Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos
165 Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta. Ele disse
166 que foi criado em maio de 2023 (dois mil e vinte e três), composto por: 01, 04, 08, 10, 15, 22, 24 e CFP. E
167 objetivo: Elaborar um plano de trabalho institucional, com estudos científicos, respeito à laicidade e às
168 cosmopercepção, sobre o uso assistido de psicodélicos e maconha em contexto psicoterapêutico. O plano
169 de trabalho deve indicar a realização de um evento nacional, de natureza científica e institucional, sobre o
170 tema. Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de
171 Trabalho para finalização de suas atividades. **Ponto 17. GT APAF - RESOLUÇÃO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL**
172 **PARA PESSOAS INTERSEXO E ASSEXUAL (Processo Sei nº 576600003.000067/2025-51).** Participaram do
173 ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza
174 Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria
175 Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel
176 Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos
177 Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes,
178 Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza
179 Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai
180 Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro;
181 CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso,
182 Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de
183 Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes
184 Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e
185 Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos;
186 CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija
187 Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano
188 Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de
189 Melo Ibiapina Neres e Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa
190 Moucherek; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de
191 Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do
192 ponto de pauta. Ele disse que foi criado em maio de 2023 (dois mil e vinte e três), composto por: 06, 10, 12,
193 14, 15, 20, 22 e CFP. E objetivo: Elaborar duas minutas de resolução para a atuação profissional, sendo uma
194 para pessoas intersexo e outra para assexuais, visando garantir proteção e garantia de direitos desta
195 população e combater a atuação discriminatória e violenta, e revisar a Nota Técnica construída pelo CRP
196 06, de modo a transformá-la num documento do Sistema Conselhos. Pedem a continuidade e a
197 substituição do CRP 15 (nordeste), em atendimento ao artigo 7º da Resolução CFP 71/2023 (participação
198 inferior a 60% nas atividades do GT). **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo
199 de Trabalho para finalização de suas atividades, bem como as solicitações de alteração da composição.
200 **Ponto 18. GT DA APAF PARA A REVISÃO DAS RESOLUÇÕES CFP Nº 08/2010 E 17/2012 (Processo Sei nº**
201 **576600003.000059/2025-13).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e
202 Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida
203 Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de
204 Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena
205 Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares
206 Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora
207 Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey
208 Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene
209 Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos
210 Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de
211 Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre
212 Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida
213 Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo
214 Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia
215 Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e
216 Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo
217 Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria

218 Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha
219 Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos
220 Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta. Ele disse
221 que foi criado em outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), composto por: 03,11,06,07,09,24 e 10 e CFP.
222 E objetivo: Revisar as Resoluções CFP nº 08/2010 e 17/2012. Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi
223 aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para finalização de suas atividades. **Ponto 19.**
224 **CONTINUIDADE DO GT DA RESOLUÇÃO 02/2002 (INSCRIÇÃO DE PSICÓLOGOS ESTRANGEIROS) (Processo**
225 **Sei nº 576600028.000064/2024-59).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi
226 e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida
227 Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de
228 Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena
229 Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares
230 Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora
231 Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey
232 Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene
233 Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos
234 Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de
235 Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre
236 Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida
237 Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo
238 Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia
239 Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e
240 Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo
241 Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria
242 Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha
243 Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos
244 Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta. Ele disse
245 que foi criado em outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), composto por: 02, 04, 08, 10, 11, 18, 23 e
246 CFP. E objetivo: Revisão da Resolução CFP nº 02/2022. Pedem a continuidade. **Encaminhamento:** Foi
247 aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para finalização de suas atividades. **Ponto 20. GT**
248 **ATUAÇÃO DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS) EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS**
249 **SIMILARES (Processo Sei nº (Processo Sei nº 576600003.000071/2025-10).** Participaram do ponto: CRP 01:
250 Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da
251 Conceição Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel,
252 Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo,
253 Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva
254 Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de
255 Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith
256 Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09:
257 Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da
258 Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos
259 Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata
260 Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e
261 Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares
262 Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira
263 Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18:
264 Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20:
265 Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e
266 Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24:
267 Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa
268 Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta.
269 Ele disse que foi criado em outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), composto por: 05, 09, 12, 13, 15,
270 20, 24 e CFP. E objetivo: Construir uma Nota Técnica que problematize a atuação de profissionais de
271 Psicologia em Comunidades Terapêuticas ou espaços equivalentes em que a prática seja manicomial, de
272 segregação e com vertentes fundamentalistas. O GT deve estudar possibilidades de criar vedação à atuação
273 de profissionais de Psicologia em Comunidades Terapêuticas ou espaços equivalentes. Pedem a
274 continuidade. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para

275 finalização de suas atividades. **Ponto 21. GT DE APAF CONSTRUÇÃO DE UM COMITÊ NACIONAL DE**
276 **POLÍTICAS E PRÁTICAS ANTICAPACITISTAS (COMPOP) (Processo Sei nº 576600239.000013/2025-22).**
277 Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02:
278 Edson de Souza Lima, Maria da Conceição Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03:
279 Glória Maria Machado Pimentel, Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP
280 04: Daniel Caldeira de Melo, Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos
281 Santos Andrade, Céu Silva Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo
282 Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves,
283 Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e
284 Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno
285 de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima
286 Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria
287 Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira
288 de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de
289 Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos
290 Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e
291 Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e
292 Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21:
293 Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle
294 Correa Moucherek; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra
295 Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na
296 discussão do ponto de pauta. Ele disse que foi criado em outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro),
297 composto por: 05, 09, 11, 12, 13, 20, 23 e CFP. E objetivo: Aprovada a criação de GT de Apaf para
298 construção de um Comitê Nacional de Políticas e Práticas Anticapacitistas. Pedem a continuidade.
299 **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do Grupo de Trabalho para finalização de suas
300 atividades, bem como as solicitações de alteração da composição. **Ponto 22. GT DE APAF DE LINGUAGEM**
301 **INCLUSIVA (Processo Sei nº 576600003.000068/2025-04).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez
302 Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Maria da Conceição
303 Ferreira de Moura e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Glória Maria Machado Pimentel,
304 Washington Luan Gonçalves de Oliveira e Ailena Júlie Silva Conceição; CRP 04: Daniel Caldeira de Melo,
305 Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Céu Silva
306 Cavalcanti e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de
307 Carvalho e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07: Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith
308 Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09:
309 Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da
310 Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos
311 Lima e Juliana Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata
312 Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e
313 Mácia Cristini de Almeida Bezerra; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Renan da Cunha Soares
314 Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira
315 Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Ana Izabel Oliveira Lima e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18:
316 Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20:
317 Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Jucimara de Souza Bernardes; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e
318 Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Kassia de Sousa Martins e Michelle Correa Moucherek; CRP 24:
319 Clivaldenha Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa
320 Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 não estava presente na discussão do ponto de pauta.
321 Ele disse que foi criado em outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), composto por: 03, 06, 08, 10, 11, 14
322 e CFP. E objetivo: Fazer um levantamento sobre as produções publicadas no Sistema Conselhos sobre o uso
323 da linguagem inclusiva; Construir um material orientativo sobre o tema; Estudar a forma legal de colocar
324 essa discussão no âmbito do Sistema (Tarefa do CFP); Incluir a discussão, no GT, de formas possíveis de
325 utilizar a linguagem neutra e inclusiva; Considerar a legislação existente para a escrita de atos normativos e
326 de demais documentos do CFP. Pedem a continuidade. Alessandra Santos de Almeida (CFP) disse que as
327 inscrições para fala estão abertas. Céu Silva Cavalcanti (CRP 05) disse que tem discordância quanto ao
328 primeiro ponto que foi apresentado, que é sobre o Grupo de Trabalho de Meios de Solução Consensual de
329 Conflitos (GT de Mediação), e que já há Minuta de Resolução pronta que poderia ser discutida nesta Apaf e
330 que este tema é muito caro para a psicologia brasileira. E quer saber qual o entrave para que a Minuta não
331 seja discutida nesta Apaf. Marco Aurélio da Silva Lima (CRP 09) comentou sobre o Grupo de Trabalho de

332 Comunidades Terapêuticas e que o tema é bastante caro. Comentou sobre a luta antimanicomial e que este
333 Grupo de Trabalho elaborará posicionamento do Sistema Conselhos sobre o tema e que é importante que
334 o Grupo de Trabalho inicie os seus trabalhos. Benjamin Vanderlei dos Santos (CRP 15) considerou o
335 interesse de permanência no Grupo de Trabalho Resolução de Atuação Profissional para Pessoas Intersexo
336 e Assexual. Keila Maria Rodrigues da Costa (CRP 21) corroborou a fala do CRP 05 quanto ao Grupo de
337 Trabalho de Meios de Solução Consensual de Conflitos (GT de Mediação) e disse que também não
338 consegue entender o porquê de a Minuta de Resolução não ter sido pautada para discussão nesta Apaf e
339 fez histórico sobre a construção da Minuta, referiu que foi realizada pesquisa na qual 19 (dezenove)
340 Conselhos Regionais apontaram que possuem instaurada a Câmara de Mediação. Teceu críticas à Gerência
341 Financeira, à Secretaria de Orientação e Ética – SOE e à Gerência Jurídica. Michelle Correa Moucherek (CRP
342 22) concordou com as duas falas anteriores e que a provação da Minuta de Resolução trará uma orientação
343 quanto à mudança de cultura, mudança institucional, de olhar para os conflitos e que este documento seria
344 de importância extrema para as Comissões de Ética e Comissões de Orientação e Fiscalização. Referiu que
345 estamos em ano eleitoral e que não podem garantir que a Minuta seja apreciada na Apaf de dezembro de
346 2025 (dois mil e vinte e cinco). Rodrigo Acioli Moura considerou que das 5 (cinco) manifestações, 3 (três)
347 foram referentes à Mediação. Ele disse que em 2024 (dois mil e vinte e quatro) estava pronta a primeira
348 versão, mas que esta foi sendo constantemente atualizada. Comentou ainda que a Minuta de Resolução
349 ficou pronta no dia 10 (dez) de maio e que a segunda remessa para a Apaf foi encaminhada dia 09(nove) de
350 maio aos Conselhos Regionais e que a partir da data de 10 (dez) de maio iniciaram os trâmites internos.
351 Sobre a substituição orientou que a região deve se manifestar e indicar o novo representante. Talita
352 Fabiano de Carvalho (CRP 06) sugeriu que a Minuta de Resolução Comentada sobre Atuação Profissional
353 para Pessoas Intersexo e Assexual seja apreciada pelo plenário do Conselho Federal de Psicologia e não em
354 Apaf para que haja mais celeridade no processo. Thiago Pereira Machado (CRP 16) entende a importância
355 dos pareceres jurídicos, haja vista a judicialização, mas que os pareceres jurídicos devem ser mais céleres.
356 Ricardo Vasquez Mota (CRP 01) comentou sobre o Grupo de Trabalho de Comunidades Terapêuticas e
357 destaca que é preciso que comecem os trabalhos. E comentou sobre a substituição que foi acordada. Yara
358 Maria Moreira de Faria Hornke (CRP 12) trouxe a preocupação quanto ao Grupo de Trabalho de Mediação,
359 pois o documento está fazendo falta e o Grupo de Trabalho de Comunidades Terapêuticas que ainda não
360 iniciou os trabalhos e citou algumas instituições no Rio Grande do Sul que violam direitos. Alessandra
361 Santos de Almeida (CFP) considerou que a pauta da Mediação é bastante cara e chamou Fabíola Borges,
362 gerente da SOE, para evidenciar algumas questões. Comentou sobre os trâmites internos e falou ainda que
363 essa Minuta de Resolução altera o Código de Processamento Disciplinar e considerou alguns aspectos que
364 ainda faltam na Minuta de Resolução. Rodrigo Acioli Moura falou sobre a Minuta de Intersexo, e a
365 possibilidade de que a Minuta seja aprovada no plenário do Conselho Federal de Psicologia ad referendum
366 da Apaf. Pontuou sobre as solicitações de substituição em alguns Grupos de Trabalho e sobre o início das
367 atividades do Grupo de Trabalho das Comunidades Terapêuticas. Alessandra Santos de Almeida comentou
368 que é preciso que seja votada a continuidade dos Grupos de Trabalho. Dessa forma, procedeu-se ao regime
369 de votação. Em regime de votação: Proposta 1- Aprovo: 57 (cinquenta e sete votos); Proposta 2 – Não
370 aprovo: não houve; Abstenção: 03 (três) votos. Sobre a Minuta de Resolução Comentada sobre pessoas
371 Intersexo, Alessandra Santos de Almeida, referiu que este tipo de documento não é apreciado em Apaf.
372 Houve alteração na composição do Grupo de Trabalho da Resolução CFP nº 02/2002 (Inscrição de
373 Psicólogos Estrangeiros). Niveamara Sidrac Lima Barroso (CRP 11) comentou que houve confusão na troca
374 de e-mail de um ponto de pauta solicitado pelo CRP 11, que é Alteração da Resolução CFP nº 23 de 13 de
375 outubro de 2022 para incluir a Especialidade em cuidados paliativos. E solicitou a inclusão do ponto de
376 pauta. Alessandra Santos de Almeida considerou que é preciso realizar a votação quanto à inclusão ou não
377 do ponto de pauta. Em regime de votação. Proposta 1 - Aprovo a inclusão: 59 (cinquenta e nove) votos;
378 Proposta 2 – Não aprovo a inclusão: não houve; Abstenção: 01 (um) voto. Dessa forma, o ponto de pauta
379 foi incluído ao final da pauta para discussão. **Encaminhamento:** Foi aprovada, em bloco, a continuidade do
380 Grupo de Trabalho para finalização de suas atividades, bem como as solicitações de alteração da
381 composição. **Ponto 23. UNIFORMIZAR E GARANTIR A POLÍTICA DE COTAS PARA CONCURSOS NO SISTEMA**
382 **CONSELHOS (Processo Sei nº 570700256.000083/2025-02).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo
383 Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Runá Costa Paiva
384 e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Ailena Júlie Silva Conceição, Clausivanhe Mano Silva e Elias
385 Fernandes Mascarenhas Pereira; CRP 04: Ted Nobre Evangelista, Liliane Cristina Martins e Lorena Rodrigues
386 de Sousa; CRP 05: Céu Silva Cavalcanti, Claudia Simões Carvalho e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06:
387 Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Camila Andrade de Oliveira e Mayara Aparecida Bonora Freire; CRP 07:
388 Míriam Cristiane Alves, Maria Luiza Diello e Silvia Edith Duarte Marques; CRP 08: Andrey Santos Souza,

389 Fabiola Regina Ortega e Paulo Karai Xondaro; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura
390 Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Max da Costa Alves; CRP 11:
391 Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Fernanda Candido Santos Euzébio; CRP 12:
392 Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves;
393 CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Juliana Freitas; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de
394 Carvalho e Renan da Cunha Soares Junior; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos
395 Santos; CRP 16: Edireusa Fernandes Silva e Danthi Barbosa Lima; CRP 17: Arthur Luiz de Oliveira dos Santos
396 e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Keli Virginia Ebert e Bella Kilomba; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e
397 Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Claudionor Pereira da Costa; CRP 21:
398 Saul de Melo Ibiapina Neres e Keila Maria Rodrigues da Costa; CRP 22: Patricia Maria Pinheiro Cutrim e
399 Michelle Correa Moucherek; CRP 23: Joana D'arc Queiroz Miranda; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza
400 e Hudson dos Santos Ribeiro; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Evandro
401 Morais Peixoto. Míriam Cristiane Alves (CRP 07) considerou o disposto na Lei nº 12.990/2014, que
402 estabelece a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos no âmbito da administração
403 Pública Federal; considerou a necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na
404 sociedade brasileira, e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais
405 equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente, considerou
406 ainda que está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.958/2021, que tem por objetivo,
407 em síntese, ampliar a política de cotas para 30% e determinar a revisão do programa de ação afirmativa em
408 10 (dez) anos; considerando o disposto no art. 37, incisos II e VIII da Constituição Federal de 1988, o
409 disposto no art. 5º, §2º da Lei 8112/1990, o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto 9.508/2018, a
410 necessidade de tornar efetiva a política de uma maior diversidade no Serviço Público Federal, bem como,
411 de garantir segurança jurídica aos certames que forem iniciados no Sistema Conselhos, se faz necessário
412 uniformizar e garantir a política de cotas para concursos no Sistema Conselho. Disse que estão realizando o
413 segundo concurso, e que no primeiro concurso foi garantida a reserva de vagas para pessoas com
414 deficiência e pessoas negras. Mas para este segundo concurso está bem complicado garantir a reserva de
415 vagas de acordo com a Lei, pois a quantidade de trabalhadores do CRP 07 é pequena e estão com
416 dificuldades com as bancas para a realização do pleito. Então editaram duas Resoluções no CRP 07 sobre a
417 reserva de vagas, uma para as cotas raciais e a outra para pessoas com deficiência a partir das normativas
418 vigentes e pensa que se já houvesse uma padronização pelo Sistema Conselhos facilitaria a realização dos
419 certames com as reservas de vagas. Procedeu à leitura das duas Resoluções. Alessandra Santos de Almeida
420 comentou sobre a Lei das cotas e informou que o concurso do Conselho Federal realizado em 2025 (dois
421 mil e vinte e cinco) foi realizado já obedecendo os critérios de reserva de vagas. Disse que não é preciso
422 constituir Grupo de Trabalho devido ao Programa de Ações Afirmativas. Paulo Karai Xondaro (CRP 08)
423 lembrou sobre os povos originários e que deveriam ser incluídos os povos originários, o que não foi
424 contemplado na Resolução do CRP 07. Niveamara Sidrac Lima Barroso (CRP 11) considerou que a Resolução
425 não propôs equidade na reserva de vagas. Yara Maria Moreira de Faria Hornke (CRP 12) disse que na
426 proposta de Resolução editada pelo CRP 12 foi incluídas as pessoas indígenas, mas que não delimitaram
427 como ficaria a sequência caso não houve pessoas com deficiência. E pontuou que as questões devem ser
428 discutidas, principalmente quanto ao programa de ações afirmativas. Céu Silva Cavalcanti (CRP 05) disse
429 que estamos fazendo história quanto apresentação da reserva de vagas, mas que podemos abrir
430 precedente, nem que seja de 2% (dois por cento) para a representatividade das pessoas trans. Míriam
431 Cristiane Alves (CRP 07) lembrou que a Resolução lida foi editada pelo CRP 07 e que são duas Resoluções,
432 uma delas é para pessoas negras e a outra Resolução é para as pessoas com deficiência, somente estas
433 duas, pois somente elas são reguladas por Lei Federal. Mas sabe que é preciso avançar para pessoas
434 indígenas, povos tradicionais e pessoas trans. Perguntou se poderia ser composto Grupo de Trabalho que
435 traga como experiência essa reserva de vagas. E acha que algumas temáticas podem ter como ponto de
436 partida a Apaf. Elias Fernandes Mascarenhas Pereira (CRP 03) disse que é preciso pensar nas cotas e
437 também na normatização da carga horária das psicólogas nos concursos públicos. Comentou também sobre
438 a autodeclaração nas bancas de heteroidentificação. Claudionor Pereira da Costa (CRP 20) fez observações
439 quanto à elaboração do documento e que o local para a discussão é na Apaf mesmo. Rafael Jefferson de
440 Oliveira (CRP 01) destacou as normativas, mas que enquanto Sistema Conselhos podemos fazer história e
441 quer que a pauta seja discutida ou por Grupo de Trabalho ou por incidência do Conselho Federal. Paulo
442 Karai Xondaro (CRP 08) leu uma notícia que dizia: O plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira
443 (7), o projeto de lei (PL) 1.958/2021, do senador Paulo Paim (PT-RS), reservando 30% das vagas em
444 concursos públicos federais a candidatos negros, pardos, indígenas e quilombolas. Hoje, essa reserva é de
445 20% das vagas. O texto aprovado pelos senadores revoga a Lei 12.990/2014 - a lei de cotas no serviço

público, cuja vigência expirou em 2024 - e estabelece que nova legislação terá validade de dez anos. O PL vai agora à sanção presidencial. Míriam Cristiane Alves (CRP 07) disse que o propósito foi trazer o debate e problematizar como o Sistema Conselhos regula a reserva de vagas. Alessandra Santos de Almeida (CFP) solicitou que a reserva de vagas abrangesse as pessoas comissionadas também. Não havendo mais inscrições, passou-se ao regime de votação. Proposta 1- Aprovação da Formação de Grupo de Trabalho Concurso, Processo Seletivo e Sistema de Cotas: 60 (sessenta) vagas; Proposta 2 – Não aprovação da Formação de Grupo de Trabalho Concurso, Processo Seletivo e Sistema de Cotas: 01 (um) voto; Abstenção: não houve. Alessandra Santos de Almeida (CFP) disse que agora é preciso compor o Grupo de Trabalho. Após debate, o Grupo de Trabalho foi composto por: Região Sul: CRP 07; Região Sudeste: CRP 05; Região Norte: CRPs 20 e 24; Região Nordeste: CRPs 02 e 11 e Região Centro Oeste: CRP 14. Definiu-se que o objetivo do Grupo de Trabalho seria construir regulamentação da política de cotas do Sistema Conselhos em concursos públicos e processos seletivos, para cargos efetivos e comissionados. O CRP 12 solicitou que tenha uma especialista ad hoc na composição do Grupo de Trabalho. Alessandra Santos de Almeida (CFP) solicitou que seja recuada a solicitação de ad hoc para compor o Grupo de Trabalho, com o objetivo de dar mais celeridade ao processo. O CRP 12 retirou a proposta de ad hoc. **Encaminhamento:** Aprovada a criação do GT de Apaf Política de Cotas para Concurso e Processos Seletivos, com o objetivo de construir regulamentação da política de cotas do Sistema Conselhos em concursos públicos e processos seletivos, para cargos efetivos e comissionados. **Ponto 24. DIRETRIZES EM GOVERNANÇA DA CIBERSEGURANÇA, COMPUTAÇÃO ESTATÍSTICA E APRENDIZADO DE MÁQUINA (IA, DL, ML) (Processo Sei nº 570600321.000398/2024-95).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e Rafael Jefferson de Oliveira; CRP 02: Edson de Souza Lima, Runá Costa Paiva e Aida Carneiro Barbosa Rodrigues; CRP 03: Ailena Júlie Silva Conceição, Clausivanhe Mano Silva e Elias Fernandes Mascarenhas Pereira; CRP 04: Ted Nobre Evangelista, Suellen Ananda Fraga e Lorena Rodrigues de Sousa; CRP 05: Francyne dos Santos Andrade, Claudia Simões Carvalho e Jorge Antonio Tavares Peixoto; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Talita Fabiano de Carvalho e Eduardo de Menezes Pedrosa; CRP 07: Maria Luiza Diello, Oliv Caldieraro de Souza e Mayra Medeiros Osório; CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Sérgio Bezerra Pinto Júnior; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Eveny da Rocha Teixeira e Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Fernanda Candido Santos Euzebio; CRP 12: Yara Maria Moreira de Faria Hornke, Patricia Brígida Estevão e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Valdízia Maria Silva do Nascimento; CRP 14: Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho e Camilla Fernandes Marques; CRP 15: Leonardo Tenório Lins Pedrosa e Benjamin Vanderlei dos Santos; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Arthur Luiz de Oliveira dos Santos e Ana Izabel Oliveira Lima; CRP 18: Thiago Aiamari Kavopi e Amailson Sandro de Barros; CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Allison Marcelo Anjolis Rodrigues e Claudionor Pereira da Costa; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Julianne Alencar Gomes; CRP 22: Patricia Maria Pinheiro Cutrim e Kassia de Sousa Martins; CRP 23: Joana D'arc Queiroz Miranda; CRP 24: Lorraine de Oliveira Braga Prado e Hudson dos Santos Ribeiro; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Evandro Morais Peixoto. Foi convidada Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06) para apresentar o ponto e disse que em conversa com o CRP 14 solicitam que os pontos DIRETRIZES EM GOVERNANÇA DA CIBERSEGURANÇA, COMPUTAÇÃO ESTATÍSTICA E APRENDIZADO DE MÁQUINA (IA, DL, ML) e O USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL fossem discutidos em conjunto. Alessandra Santos de Almeida (CFP) considerou que é preciso votar a discussão em conjunto. Proposta 1 – Aprovo: 53 (cinquenta e três) votos; Proposta 2 – Não aprovo: 03 (três) votos; Abstenção: 02 (dois) votos. Dessa forma, o ponto ficará DIRETRIZES EM GOVERNANÇA DA CIBERSEGURANÇA, COMPUTAÇÃO ESTATÍSTICA E APRENDIZADO DE MÁQUINA (IA, DL, ML) e O USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL Alessandra Santos de Almeida (CFP) convidou o CRP 14 para apresentar o ponto também. Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06) contou que a implantação de ações de Governança no Contexto das Gestões do Sistema Conselhos é ação prevista em Resolução do Conselho Federal de Psicologia, a qual estabelece o contexto inicial das ações de conformidade com foco na garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade pelo conjunto de profissionais e instituições. A Inteligência Artificial (IA) é uma área de pesquisa que vem se desenvolvendo rapidamente nos últimos anos. Com isso, novas possibilidades de aplicações da IA na Psicologia têm sido exploradas. No entanto, essas aplicações também levantam questões éticas que precisam ser discutidas e avaliadas. Uma das questões éticas mais importantes no contexto da IA na Psicologia é a proteção do sigilo profissional. O sigilo profissional é um princípio fundamental da ética da Psicologia, que garante que os dados e informações coletados durante o processo de avaliação e intervenção sejam mantidos em sigilo. A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527,

de 18 de novembro de 2011, estabelece que qualquer pessoa pode solicitar acesso a informações públicas. No entanto, há exceções a essa regra, incluindo informações que envolvam sigilo profissional. No contexto da IA na Psicologia, a LAI pode gerar conflitos entre o direito à informação e o direito ao sigilo profissional. Por exemplo, um psicólogo pode ser obrigado a fornecer informações sobre um paciente a um terceiro, mesmo que isso viole o sigilo profissional. Outra questão ética importante no contexto da IA na Psicologia é a possibilidade de discriminação. A IA pode ser usada para criar sistemas que discriminam pessoas com base em características como raça, gênero, orientação sexual ou religião. No contexto da Psicologia, a discriminação pode ocorrer, por exemplo, em sistemas de avaliação que atribuem pontuações mais baixas a pessoas de grupos minoritários. Isso pode levar a consequências negativas para essas pessoas, como a perda de oportunidades de emprego ou educação. É importante que os psicólogos discutam essas questões éticas para garantir que as aplicações da IA na Psicologia sejam feitas de forma responsável e ética. Um debate ético sobre essas questões pode ajudar a promover a reflexão sobre os possíveis riscos e benefícios da IA na Psicologia e a desenvolver diretrizes para o uso ético dessa tecnologia. Dessa forma, disse que o objetivo deste ponto de pauta é a constituição de Grupo de Trabalho Cibersegurança Governança e aplicações de IA no contexto da Psicologia, com a Elaboração sobre Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre aplicações de Cibersegurança e aplicações de IA e ML, na implantação das ações de governança, com foco na proposição de diretrizes aos Conselhos Regionais em seus processos de conformidade, para viabilidade de proposição de diretrizes e referências as ações de proteção e promoção de ações preventivas ao uso indevido de dados, quebra de sigilo proteção da privacidade de dados de profissionais e prestações de serviços e também a construção de orientativos para a categoria de Psicólogas sobre a gestão de dados e cibersegurança. Referiu ainda que a cibersegurança é algo que está em nossa sociedade e que está entrando com muita rapidez no Sistema Conselhos. Camilla Fernandes Marques (CRP 14) disse que o tema é recorrente e que há sites que já conhecem o paciente antes mesmo da primeira consulta e que isto é preocupante, Clarissa Paranhos Guedes (CFP) pensa que o tema é importante e propõe que haja otimização da discussão da temática e sugeriu que o tema fosse encaminhado ao Comitê de Tecnologia da Informação. Comentou sobre os Grupos de Trabalho que continuaram, sobre a criação de novos Grupos de Trabalho e que há todo um trabalho da equipe técnica no assessoramento dos Grupos de Trabalho. Falou sobre a Nota de posicionamento que será lançada pelo Conselho Federal de Psicologia. Ana Claudia Gama Barreto (CRP 16) defendeu a existência do Grupo de Trabalho e que tenha rapidamente uma regulamentação, pois estamos bastante atrasados no debate da temática e que há IA que realizam atendimentos psicológicos e que no momento não temos o controle das informações que muitas vezes são sigilosas e considerou que o sistema conselhos precisa se posicionar e informar à população. Andrey Santos Souza (CRP 08) pensa que o Grupo de Trabalho deva discutir sobre a criação de protocolo para o vazamento de dados. Ana Izabel Oliveira Lima (CRP 17) pensa que a discussão é necessária e compreende o número considerável de Grupos de Trabalho e a forma de trabalho e que se o tema for encaminhado ao Comitê de Tecnologia da Informação este seja priorizado. Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06) considera a importância de constituir Grupo de Trabalho para edição de normativas e falou sobre a cibersegurança no vazamento de dados. Francyne dos Santos Andrade (CRP 05) fez ponderação quanto à avaliação de criação do Grupo de Trabalho. Ana Claudia Gama Barreto (CRP 16) comentou que esta pauta diz respeito a todas nós e não só aos profissionais que trabalham com Tecnologia da Informação e que vamos orientar as pessoas. Patricia Brígida Estevão (CRP 12) não sabe se o resultado será a elaboração de Resolução, mas que é uma seara muito grande e solicitou que tenham outros desdobramentos, tais como a incidência junto aos parlamentares para regulamentação. Não havendo mais inscrições, Alessandra Santos de Almeida considerou que é preciso realizar votação sobre a constituição do Grupo de Trabalho. Proposta 1 – Aprovo a constituição de Grupo de Trabalho da cibersegurança, governança e aplicação da IA no contexto da psicologia: 61 (sessenta e um) votos; Proposta 2 – Não aprovo a constituição de Grupo de Trabalho da cibersegurança, governança e aplicação da IA no contexto da psicologia: Não houve; Abstenção: não houve. O objetivo do Grupo de Trabalho foi definido como construir documento orientativo para a categoria sobre o uso de IA, gestão de dados e cibersegurança. Após debate, o Grupo de Trabalho foi composto por: Região Sul: CRP 12; Região Sudeste: CRP 06; Região Norte: CRPs 20 e 23; Região Nordeste: CRPs 17 e 21 e Região Centro Oeste: CRP 01. **Encaminhamentos: A)** Aprovada a criação do GT Cibersegurança, Governança e Aplicação de IA no contexto da Psicologia, com objetivo de construir documento orientativo para a categoria sobre o uso de IA, gestão de dados e cibersegurança. **B)** O Grupo de Trabalho foi composto por: Região Sul: CRP 12; Região Sudeste: CRP 06; Região Norte: CRPs 20 e 23; Região Nordeste: CRPs 17 e 21 e Região Centro Oeste: CRP 01. A assembleia foi interrompida às 12h51 (doze horas e cinquenta e um minutos) e retornou às 14h41 (catorze horas e quarenta e um minutos).

Ponto 25. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (Processo Sei nº

560 **570400072.000243/2024-49**). Participaram do ponto: CRP 01: Rafael Jefferson de Oliveira, Thessa Lais Pires
561 e Guimarães e Isadora Cristine Dourado Araujo; CRP 02: Edson de Souza Lima, Runá Costa Paiva e Ana
562 Carolina Freire Lopes; CRP 03: Ailena Júlie Silva Conceição, Clausivanhe Mano Silva e Elias Fernandes
563 Mascarenhas Pereira; CRP 04: Ted Nobre Evangelista, Suellen Ananda Fraga e Daniel Caldeira de Melo; CRP
564 05: Claudia Simões Carvalho; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Mayara Aparecida Bonora Freire e
565 Camila Andrade de Oliveira; CRP 07: Maria Luiza Diello, Oliv Caldieraro de Souza e Mayra Medeiros Osório;
566 CRP 08: Andrey Santos Souza, Fabiola Regina Ortega e Sérgio Bezerra Pinto Júnior; CRP 09: Marco Aurélio
567 da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Jureuda Duarte Guerra e
568 Giane Silva Santos Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana
569 Maria Vieira de Holanda Magalhães; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Patricia Brígida Estevão e Claudemir
570 Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotônio Cavalcanti e Juliana Freitas; CRP 14: Bárbara Marques
571 Rodrigues e Camilla Fernandes Marques; CRP 15: Bruno Gustavo Lins de Barros e Manoel Vieira de
572 Carvalho Alencar; CRP 16: Edireusa Fernandes Silva e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Raquel de Sousa
573 Montoril e Ana Izabel Oliveira Lima; CRP 18: Thiago Aiamari Kavopi e Amailson Sandro de Barros; CRP 19:
574 Mário Silvio de Souza Fraga e Adriano Ferreira Barros; CRP 20: Jucimara de Souza Bernardes e Júnior
575 Carvalho; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Ivana Araújo Pereira Amorim; CRP 22: Patricia Maria
576 Pinheiro Cutrim e Kassia de Sousa Martins; CRP 23: Joana D'arc Queiroz Miranda; CRP 24: Clivaldenha
577 Marques de Souza e Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos
578 Guedes e Marina de Pol Poniwas. Foi convidado Ted Nobre Evangelista (CRP 04) para apresentar um ponto.
579 Ele informou sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
580 (PNEEPI), instituída pelo Ministério da Educação (MEC) em 2008, que determina a inclusão de pessoas
581 com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação nas escolas
582 comuns, e na sequência sobre o Decreto nº 10.502/2020, assinado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro
583 (na ocasião sem partido, hoje PL), que incentivava a exclusão de alunas/os com deficiência por meio da
584 criação de classes especiais em escolas comuns e da volta das escolas especiais. Esse decreto, que
585 implantava a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da
586 Vida”, estava suspenso por decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e foi revogado
587 (02/01/2023) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma das suas primeiras decisões depois da posse.
588 Na sequência, destaca o PL nº 3.035/2020, que “Institui a Política para Educação Especial e Inclusiva, para
589 atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência
590 Intelectual e Deficiências Múltiplas”. Trata-se de iniciativa de autoria do Deputado Alexandre Frola
591 (PSDB/SP). Informou sobre a tramitação do PL e que foram apensados a esse projeto, outros 19 (dezenove)
592 Projetos. Falou sobre o Parecer CNE/CP nº 50/2023, aprovado em 5 de dezembro de 2023 pelo Conselho
593 Nacional de Educação (CNE): “Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de
594 Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”. E comentou sobre os Movimentos contrários ao PL
595 nº 3.035/2020 e ao Parecer CNE/CP nº 50/2023 e também sobre a iniciativa do Sistema Conselhos de
596 Psicologia sobre a temática. Por fim, considerou que o objetivo deste ponto de pauta é deliberar pelo
597 posicionamento contrário do Sistema Conselhos de Psicologia ao PL nº 3.035/2020, que Institui a Política
598 para Educação Especial e Inclusiva, para atendimento às pessoas com Transtorno Mental, Transtorno do
599 Espectro Autista (TEA), deficiência Intelectual e Deficiências Múltiplas, e ao Parecer CNE/CP nº 50/2023,
600 que promove Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes
601 com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De modo extensivo, a todos os projetos de lei e outras iniciativas
602 de âmbito estadual e municipal que assumem uma perspectiva terapêutica, e com uma abordagem
603 específica, a ABA para a atenção às/aos estudantes com necessidades educacionais especiais,
604 especialmente àquelas/es com TEA, e uma direção excludente do direito dessas/es ao convívio e
605 aprendizagem em escolas comuns, como apregoa a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva
606 da Educação Inclusiva” (PNEEPI). Maria Luiza Diello (CRP 07) entende que é importante acrescentar dois
607 Projetos de Lei que são recentes e constituem ameaça para os direitos já adquiridos das pessoas com
608 deficiência, o PL 1584/2025 que propõe a criação da CBI com a consolidação brasileira das leis que versam
609 sobre as pessoas com deficiência e o PL 868/2025 que propõe alterações na Lei Brasileira de Inclusão e Lei
610 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esses Projetos de Lei reabrem o debate sobre a educação
611 segregada colocando em risco a acessibilidade universal. Marina de Pol Poniwas (CFP) apontou que
612 estamos no momento de atualização dos subsídios para realizar as incidências e pediu a aprovação do
613 documento como sendo do Sistema Conselhos para que a incidência no Congresso seja mais efetiva e
614 sugeriu outras articulações também, em especial com o Conanda. Suellen Ananda Fraga (CRP 04) falou
615 sobre o PL 3.035/2020, argumenta que se trata de um PL de exclusão das pessoas com deficiência.
616 Alessandra Santos de Almeida (CFP) considerou que não há mais inscrições e dessa forma é preciso votar

617 pela aprovação do ponto. Proposta 1 – Aprovação do pleito do CRP 04, incluindo as manifestações: 58
618 (cinquenta e oito) votos; Proposta 2 – Não aprovação do pleito do CRP 04, incluindo as manifestações: não
619 houve; Abstenção: não houve. **Encaminhamento: A)** Aprovado o posicionamento contrário do Sistema
620 Conselhos de Psicologia ao PL nº 3.035/2020, ao Parecer CNE/CP nº 50/2023, aos PL nº 1584/2025 e PL nº
621 868/2025. **B)** O CFP elaborará o texto com posicionamento e disponibilizará para que os CRPs assinem o
622 documento em conjunto. **Ponto 26. GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA POVOS INDÍGENAS (Processo Sei**
623 **nº 571400106.000184/2024-18).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Thessa Lais Pires e
624 Guimarães e Isadora Cristine Dourado Araujo; CRP 02: Edson de Souza Lima e Ana Carolina Freire Lopes;
625 CRP 03: Ailena Júlie Silva Conceição, Clausivanhe Mano Silva e Elias Fernandes Mascarenhas Pereira; CRP
626 04: Ted Nobre Evangelista, Suellen Ananda Fraga e Daniel Caldeira de Melo; CRP 05: Claudia Simões
627 Carvalho; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes, Mayara Aparecida Bonora Freire e Eduardo de Menezes
628 Pedroso; CRP 07: Maria Luiza Diello, Míriam Cristiane Alves e Mayra Medeiros Osório; CRP 08: Ana Ligia
629 Bragueto, Fabiola Regina Ortega e Sérgio Bezerra Pinto Júnior; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene
630 Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP 10: Jureuda Duarte Guerra e Giane Silva Santos
631 Souza; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria Santos Lima e Juliana Maria Vieira de
632 Holanda Magalhães; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Patricia Brígida Estevão e Claudemir Gonçalves; CRP
633 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Juliana Freitas; CRP 14: Bárbara Marques Rodrigues e Camilla
634 Fernandes Marques; CRP 15: Bruno Gustavo Lins de Barros e Manoel Vieira de Carvalho Alencar; CRP 16:
635 Edireusa Fernandes Silva e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Raquel de Sousa Montoril e Ana Izabel
636 Oliveira Lima; CRP 18: Thiago Aiamari Kavopi e Amailson Sandro de Barros; CRP 19: Mário Silvio de Souza
637 Fraga e Adriana Gomes do Nascimento; CRP 20: Jucimara de Souza Bernardes e Júnior Carvalho; CRP 21:
638 Keila Maria Rodrigues da Costa e Ivana Araújo Pereira Amorim; CRP 22: Patricia Maria Pinheiro Cutrim e
639 Ivone de Oliveira Ferreira; CRP 23: Joana D'arc Queiroz Miranda; CRP 24: Clivaldenha Marques de Souza e
640 Ana Karla da Silva Feitoza; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Evandro Moraes
641 Peixoto. Alessandra Santos de Almeida (CFP) destacou que na Reunião entre Presidentes houve a sugestão
642 de retirada de pauta dos pontos 27: GT AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA POVOS INDÍGENAS e ponto 29:
643 CRIAÇÃO DE GT DE DISCUSSÃO SOBRE A INACESSIBILIDADE DOS TESTES PSICOLÓGICOS PARA PESSOAS
644 COM DEFICIÊNCIA VISUAL. Niveamara Sidrac Lima Barroso (CRP 11) disse que na Reunião de Presidentes foi
645 definido que os CRPs 11 e 14 verificariam a retirada dos referidos pontos de pauta. E que a proposta no
646 momento é a fusão dos dois pontos de pauta 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) com objetivo mais
647 específico, diretivo e inclusivo. Lembrou que houve a apresentação da Comissão Consultiva em Avaliação
648 Psicológica – CCAP na Reunião de Presidentes e que os objetivos do Grupo de Trabalho não poderiam ser
649 discutidos e que não é função do Sistema Conselhos elaborar tabelas de testes. Alessandra Santos de
650 Almeida (CFP) disse que, com as manifestações, é preciso realizar a votação sobre a fusão dos pontos de
651 pauta 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove). Assim sendo, em regime de votação: Proposta 1 – Aprovo a
652 fusão dos pontos de pauta 27 e 29: 49 (quarenta e nove) votos; Proposta 2 – Não aprovo a fusão dos
653 pontos de pauta 27 e 29: 08 (oito) votos; Abstenção: não houve. Alessandra Santos de Almeida (CFP)
654 perguntou se os CRPs 11 e 14 podem se juntar para definir o objetivo. Evandro Moraes Peixoto (CFP) pediu a
655 palavra e disse que ainda não foi votado pela constituição de Grupo de Trabalho e que é preciso que os dois
656 Conselhos Regionais apresentem. Então foram convidados os CRPs 11 e 14 para apresentar o ponto.
657 Niveamara Sidrac Lima Barroso (CRP 11) referiu que a Avaliação Psicológica destinada à população indígena
658 carece de um olhar mais reflexivo quanto à sua aplicabilidade na ponta, ou seja, como estamos fazendo
659 acontecer os processos avaliativos quando esta especialidade da Psicologia é convocada a atuar?
660 Ressaltamos que nos últimos anos já tivemos um avanço significativo da área no Brasil, principalmente
661 desde a criação do SATEPSI e esforços de outras entidades que contribuíram para a história e o
662 desenvolvimento da área (por exemplo: IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica e ASBRo -
663 Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos), e com isso esses esforços possibilitaram
664 melhorias nos processos de Avaliação Psicológica. Porém, quando falamos da população indígena, ainda
665 precisamos avançar, visto que estamos produzindo uma atuação reducionista, com prejuízos na justiça
666 social e graves violações de Direitos Humanos. Mato Grosso do Sul, no momento, possui a segunda maior
667 população indígena em nosso território, 07 etnias (Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Guató,
668 Kadiwéu, Kinikinau e Terena) e apresenta a maior população carcerária no sistema prisional da população
669 indígena (aproximadamente 500 pessoas). Nesse sentido, no cotidiano do fazer psicológico nos vemos
670 desafiados por algumas limitações, a saber: I) falta de capacitação das/os psicólogas/os para atuar
671 eticamente com a população indígena e, quando falamos de processos de avaliação clínica e avaliações
672 periciais os agravos são ainda maiores; II) falta de normas dos instrumentos psicológicos para a população
673 indígena; III) Escassez de pesquisas psicométricas com análise da validade e fidedignidade para populações

674 indígenas; IV) Escassez de manuais, notas técnicas e documentos que orientam e regulam a atuação da AP
675 com a população indígena. Entretanto, o conceito de Avaliação Psicológica adotada na Res. CFP n.
676 031/2022, destaca que se trata de “um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos,
677 composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de
678 decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades
679 específicas, 2022). Diante deste conceito e pensando no compromisso social do Sistema Conselhos para
680 promover a orientação para a atuação da Psicologia, justifica-se essa proposta com a finalidade de pensar
681 em melhores práticas para as demandas, condições e finalidades específicas, além disso, estimular a
682 equidade, beneficência e respeito pelas pessoas atendidas durante os processos de avaliação psicológica.
683 Por fim, cabe destacar, a relevância social, científica e ética desta discussão para uma psicologia brasileira
684 que respeite os povos originários. E o CRP 14 referiu que as psicólogas com deficiência visual representam
685 uma parte importante da comunidade profissional, trazendo valiosas perspectivas para a prática da
686 psicologia. No entanto, enfrentam desafios significativos quando se trata da utilização e administração de
687 testes psicológicos, uma vez que muitos desses instrumentos são predominantemente visuais em sua
688 natureza e aplicação. A maioria dos testes psicológicos depende fortemente do sentido visual, seja para a
689 leitura de textos, interpretação de figuras ou resposta a estímulos visuais. Esses elementos representam
690 uma barreira significativa, dificultando ou impossibilitando sua administração. Além da administração dos
691 testes, psicólogas cegas ou com baixa visão enfrentam desafios na interpretação dos resultados. Isto ocorre
692 por muitas vezes, já que as interpretações dos testes psicológicos são, em sua maioria, baseadas em
693 nuances visuais que podem não ser facilmente traduzidas para outros formatos sensoriais. Ao abordar os
694 desafios enfrentados pelas psicólogas com deficiência visual em relação aos testes psicológicos, é
695 fundamental promover uma cultura de diversidade e inclusão dentro da comunidade psicológica. Isso
696 envolve não apenas a criação de adaptações acessíveis, mas também o reconhecimento e valorização das
697 contribuições únicas que esses profissionais podem trazer para a prática da psicologia. Além das
698 adaptações dos testes existentes, também é importante incentivar o desenvolvimento de novas
699 ferramentas e métodos de avaliação que sejam intrinsecamente acessíveis. Isso pode envolver o uso de
700 tecnologias inovadoras, como abordagens sensoriais que permitam uma avaliação mais inclusiva e
701 abrangente, possibilitando que pessoas com deficiência visual também possam ser avaliadas a partir destas
702 ferramentas. Em suma, a inacessibilidade dos testes psicológicos destaca a necessidade premente de
703 desenvolver adaptações acessíveis e promover uma cultura de diversidade e inclusão dentro da
704 comunidade psicológica. Ao enfrentar esses desafios de maneira proativa, podemos garantir que todos os
705 indivíduos, independentemente de suas capacidades visuais, tenham acesso igualitário às ferramentas e
706 práticas da psicologia. Um grupo de trabalho dedicado a essa questão pode promover a conscientização e a
707 sensibilidade em relação às necessidades das pessoas com deficiência visual no campo da psicologia. Isso
708 pode ajudar a eliminar estigmas e preconceitos, bem como a promover uma cultura mais inclusiva e
709 empática dentro da comunidade psicológica e da sociedade em geral. Niveamara Sidrac Lima Barroso (CRP
710 11) disse que o primeiro ponto solicitava estudos sobre as pessoas indígenas e o segundo ponto para as
711 pessoas com deficiência. E que é preciso definir os construtos psicológicos. Bárbara Marques Rodrigues
712 (CRP 14) disse que o objetivo é a criação de um Grupo de Trabalho de Boas Práticas em Avaliação
713 Psicológica, com o objetivo de produzir orientações de boas práticas de avaliação psicológica para pessoas
714 indígenas e pessoas com deficiência. Evandro Moraes Peixoto (CFP) acha que a questão é importante e
715 quando falamos em avaliação psicológica é preciso avançar no conceito da avaliação. Disse ainda sobre o
716 prêmio Justiça Social, a edição do número especial sobre avaliação psicológica na Revista PCP. Destacou a
717 diferença entre a avaliação psicológica e a testagem psicológica. Que há que se considerar as questões
718 éticas na realização do trabalho, as limitações, e que é preciso muita pesquisa. Ponderou que “discutir” e
719 “provocar” não são tarefas a serem atribuídas a Grupo de Trabalho. Sugeriu que fosse realizado evento
720 nacional e regional para que possa ser conversado com pesquisadores e diversificar as ações.. Davi
721 Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06) comentou sobre as especificidades da avaliação psicológica, sobre as
722 questões culturais e sobre a comercialização de testes. Joana D’arc Queiroz Miranda (CRP 23) pontuou que
723 a fusão dos pontos de pauta não contempla as especificidades de cada situação. E que quando se fala em
724 avaliação psicológica para pessoas indígenas é preciso pensar em territorialidade, na avaliação psicológica
725 de toda uma cultura. E que a avaliação psicológica para pessoas com deficiência é bastante diferente. Pensa
726 que é preciso criar critérios para que os textos existam. Thiago Aiamari Kavopi (CRP 18) considerou que a
727 avaliação psicológica é a padronização e se preocupa que a avaliação psicológica para pessoas indígenas
728 seja colocada em segundo plano, pois trata de assunto muito específico. Alessandra Santos de Almeida
729 (CFP) lembrou que a Apaf possui Regimento para seu funcionamento e que não é possível fugir da
730 normativa, e que foi votada e aprovada a junção dos dois pontos de pauta 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e

731 nove). Míriam Cristiane Alves (CRP 07) disse que não se trata de criar testes e nem tabelas, mas criar
732 orientações para a categoria sobre a avaliação psicológica e não sobre a aplicação de testes. Entende que o
733 plenário está solicitando a criação de Grupo de Trabalho para elaborar orientações. E que as duas pautas
734 são diferentes por suas especificidades. Salientou a importância da criação de Grupo de Trabalho e
735 elaboração de Evento Nacional. Ana Carolina Freire Lopes (CRP 02) destacou que a criação de testes não é
736 prerrogativa. Propôs que sejam elaboradas duas Notas Técnicas, uma para a Avaliação psicológica para
737 pessoas indígenas e outra Nota Técnica para Avaliação Psicológica para pessoas com deficiência. Camilla
738 Fernandes Marques (CRP 14) perguntou o que pode o Conselho Federal orientar neste momento sobre a
739 avaliação psicológica para pessoas indígenas e para pessoas com deficiência. Evandro Moraes Peixoto (CFP)
740 ponderou se somente existe força para uma pauta se esta for debatida no âmbito dos Grupos de Trabalho,
741 e que é preciso repensar essa forma de funcionamento. Disse que o Prêmio de Justiça Social não foi feito
742 por meio de Grupo de Trabalho e foi um trabalho extremamente importante. Relembrou que o Grupo de
743 Trabalho de Avaliação Psicológica para povos indígenas sobre porte de armas precisou ser encerrado por
744 falta de delimitação dos objetivos. Falou ainda que acha importante pensar a acessibilidade e que não é
745 possível aventar critérios de avaliação psicológica para cada especialidade. Jucimara de Souza Bernardes
746 (CRP 20) destacou o lema: “nada sobre nós sem nós”. Considerou que já que foi aprovada a junção dos
747 temas, que é preciso a composição de Grupo de Trabalho para pensarmos em um direcionamento de
748 avaliação psicológica com diversidade, com inclusão. Dessa forma, sugeriu que o nome do Grupo de
749 Trabalho seja “Avaliação Psicológica Inclusiva”. Pensa que devem ser escritas duas Minutas de Resolução,
750 uma para cada especificidade. Alessandra Santos de Almeida (CFP) propôs que seja realizada a votação
751 para a criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Psicológica para povos indígenas e pessoas com
752 deficiência. Dessa forma, procedeu ao regime de votação. Proposta 1 - Criação do Grupo de Trabalho de
753 Avaliação Psicológica para povos indígenas e pessoas com deficiência: 56 (cinquenta e seis) votos; Proposta
754 2 – Não criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Psicológica para povos indígenas e pessoas com
755 deficiência: não houve; Abstenção: não houve. Thessa Lais Pires e Guimarães (CRP 01) salientou a
756 importância de constituição do Grupo de Trabalho que abarcará as minorias e destacou a instância
757 democrática da Apaf. Alessandra Santos de Almeida (CFP) disse que agora é preciso compor o Grupo de
758 Trabalho. Após debate, o Grupo de Trabalho foi composto por: Região Sul: CRP 07; Região Sudeste: CRP 16;
759 Região Norte: CRPs 20 e 23; Região Nordeste: CRPs 03 e 11 e Região Centro Oeste: CRP 14. E que o objetivo
760 do Grupo de Trabalho é elaborar orientação de boas práticas para realização de Avaliação Psicológica junto
761 aos povos indígenas e para pessoas com deficiência. **Encaminhamentos: A)** Aprovada a criação do GT
762 Avaliação Psicológica para povos indígenas e pessoas com deficiência. **B)** Composição do Grupo de
763 Trabalho: Região Sul: CRP 07; Região Sudeste: CRP 16; Região Norte: CRPs 20 e 23; Região Nordeste: CRPs
764 03 e 11 e Região Centro Oeste: CRP 14. **Ponto 27. AVALIAÇÃO DE “BOA REPUTAÇÃO POR CONDUTA**
765 **PÚBLICA” COMO POSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REGISTRO PROFISSIONAL (Processo**
766 **Sei nº 576600004.000164/2024-53).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi
767 e Isadora Cristine Dourado Araujo; CRP 02: Edson de Souza Lima e Ana Carolina Freire Lopes; CRP 03: Ailena
768 Júlie Silva Conceição, Clausivanhe Mano Silva e Elias Fernandes Mascarenhas Pereira; CRP 04: Lorena
769 Rodrigues de Sousa, Suellen Ananda Fraga e Daniel Caldeira de Melo; CRP 05: Francyne dos Santos
770 Andrade, Jorge Antonio Tavares Peixoto e Thaís Vargas Menezes; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes,
771 Camila Andrade de Oliveira e Eduardo de Menezes Pedroso; CRP 07: Maria Luiza Diello, Oliv Caldieraro de
772 Souza e Mayra Medeiros Osório; CRP 08: Ana Ligia Bragueto, Andrey Santos Souza e Sérgio Bezerra Pinto
773 Júnior; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP
774 10: Giane Silva Santos Souza e Max da Costa Alves; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso, Simone Maria
775 Santos Lima e Fernanda Candido Santos Euzebio; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Renata Cristiane Araujo
776 de Lima Pierre Louis e Claudemir Gonçalves; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Juliana Freitas;
777 CRP 14: Bárbara Marques Rodrigues e Camilla Fernandes Marques; CRP 15: Bruno Gustavo Lins de Barros e
778 Manoel Vieira de Carvalho Alencar; CRP 16: Thiago Pereira Machado e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17:
779 Raquel de Sousa Montoril e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Bella Kilomba e Amailson Sandro de Barros;
780 CRP 19: Mário Silvio de Souza Fraga e Adriana Gomes do Nascimento; CRP 20: Jucimara de Souza Bernardes
781 e Júnior Carvalho; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Ivana Araújo Pereira Amorim; CRP 22: Patricia
782 Maria Pinheiro Cutrim e Michelle Correa Moucherek; CRP 23: Kênia Polva Coelho Ferreira; CRP 24: Hudson
783 dos Santos Ribeiro e Lorraine de Oliveira Braga Prado; CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa
784 Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. Foi chamado Thiago Pereira Machado (CRP 16) para
785 apresentação do ponto e ele considerou que ao longo dos últimos anos, tem crescido o número de
786 denúncias acolhidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) relacionadas a condutas
787 inadequadas, irregulares e até criminosas de alunos dos cursos de graduação em psicologia. Grande parte

788 destas denúncias estão relacionadas a irregularidades nas divulgações em rede sociais e exercício ilegal da
789 psicologia por estudantes. Contudo, a COF do CRP16 também acolheu denúncias que envolviam crime de
790 racismo. Diante destas denúncias, a COF adotou medidas junto à Instituição de Ensino Superior e outras
791 ações em conjunto com a Comissão de Relações Étnico Raciais. Mas, para além das ações pontuais nos
792 casos concretos, a COF e o Plenário do CRP 16 discutiram a pertinência de se criar dispositivos que inibam
793 práticas criminosas, violentadoras no âmbito do exercício profissional da psicologia, desde o início da ação
794 do Sistema Conselhos de Psicologia enquanto órgão que regulamenta a profissão, em seu ato primário de
795 concessão de registro profissional. Neste sentido, resgata-se o previsto na lei 5.766/1971 que aponta como
796 um dos requisitos para obter o registro enquanto psicóloga apresentar "boa reputação por sua conduta
797 pública". Esta alínea presente no Art.10 da referida lei aponta uma possibilidade de indeferimento na
798 concessão do registro profissional àqueles que não gozarem de boa reputação por conduta pública.
799 Contudo, dentre as normativas do Sistema Conselhos de Psicologia, não há ainda, nenhum parâmetro ou
800 critério para que esta conduta seja avaliada durante o processo de inscrição. O CRP 16 entende que,
801 baseado nos princípios fundamentais, na defesa radical dos direitos humanos e no combate a qualquer tipo
802 de violação destes, faz-se necessário que o Sistema Conselhos operacionalize esta possibilidade mediante
803 criação de uma Resolução Nacional que viabilize alguma análise de antecedentes dos graduados em
804 psicologia que solicitam o registro profissional junto aos regionais. Dessa forma, o objetivo é deliberar
805 sobre a viabilidade jurídica de se construir uma norma que operacionalize o previsto na alínea "c" do Art.10
806 da Lei 5.766/1971. Avaliar se há segurança jurídica para que seja exigido dos graduados de psicologia que
807 solicitam registro profissional, antecedentes criminais. Caso haja registros de condutas criminosas no
808 âmbito do judiciário, que envolvam violação de direitos humanos, como racismo, LGBTfobia, violência de
809 gênero, violência contra criança e adolescente, o pedido de inscrição poderá ser indeferido pelo Plenário
810 do Conselho Regional de Psicologia. Pontuou sobre possível criação de Grupo de Trabalho e que o assunto
811 possa ser discutido via Secretaria de Orientação e Ética – SOE. Clarissa Paranhos Guedes (CFP) ponderou
812 que o histórico de boa reputação e conduta é mais produtor de violência de direitos humanos do que
813 garantidor. Destacou ainda que o processo de inscrição é extremamente objetivo. Disse que da perspectiva
814 administrativa só poderia garantir a reputação por meio dos antecedentes criminais. Disse que temos
815 avançado nas normativas que balizam o exercício profissional e se preocupa com o filtro inicial, de
816 impedimento da inscrição devido ao antecedente criminal. Manoel Vieira de Carvalho Alencar (CRP 15)
817 pensa que é preciso discutir, mas pontuou qual seria a segurança jurídica de um processo que está ainda
818 tramitando na justiça e que ao mesmo tempo há que se considerar a segurança da profissão. Isadora
819 Cristine Dourado Araujo (CRP 01) contou sobre estudantes que se auto intitulam profissionais de psicologia
820 e se anunciam nas redes sociais, e ao mesmo tempo se preocupa que esta perspectiva se torne punitivista.
821 Acho que é preciso pegar referências de outras categorias profissionais e pensar em práticas para os
822 estudantes de psicologia. Lembrou que para a idoneidade moral há lei, regras, normas, mas que estamos
823 em um estado desigual. Thaís Vargas Menezes (CRP 05) entende a preocupação com o exercício ilegal da
824 profissão, mas ficou preocupada que o assunto entre em conflito com a defesa dos Direitos Humanos. Ana
825 Claudia Gama Barreto (CRP 16) disse que tem visto situações de exercício ilegal da profissão e que uma das
826 funções do Conselho é também proteger a sociedade. E que tem preocupação com estudantes que estão
827 divulgando situações muito graves. Ailena Júlie Silva Conceição (CRP 03) ponderou o que defendemos
828 enquanto direitos humanos e sociedade e falou sobre a gravidade dos delitos. Sérgio Bezerra Pinto Júnior
829 (CRP 08) lembrou que para as eleições é exigido um documento que aponte os antecedentes criminais,
830 então disse que é preciso fazer um recorte e evitar que a psicologia seja aviltada. Edson de Souza Lima (CRP
831 02) citou os princípios da administração pública e ressaltou o posicionamento de uma psicologia
832 humanitária e equitativa. Marina de Pol Poniwas (CFP) pensa que é preciso considerar a importância social
833 do Sistema Conselhos e que ao aplicar este tipo de sanção estaríamos aplicando uma dupla sanção.
834 Ressaltou ainda que não cabe ao Conselho Federal de Psicologia agir sobre pessoas que não estão inscritas
835 e que é preciso levar em consideração o que cabe à justiça averiguar. Kênia Polva Coelho Ferreira (CRP 23)
836 pensa na criação de manual de boas práticas e que as questões judiciais sejam averiguadas somente após o
837 trânsito em julgado como forma de preservar a profissão. Michelle Correa Moucherek (CRP 22) destacou
838 que precisamos levar em consideração a Lei 5766/1971 e falou ainda que a psicologia tem sido acessada
839 por pessoas em situações bastante complexas. Júnior Carvalho (CRP 20) disse que é preciso ter
840 discernimento quanto às funções finalísticas e que é preciso pensar em quais as ações que podem ser
841 realizadas para fugir das questões punitivistas. Pensa que, quanto aos estudantes, é preciso que sejam
842 realizadas ações educativas. Maria Luiza Diello (CRP 07) lembrou-se do risco político que se cria com a
843 construção de um dispositivo desta forma. Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06) lembrou as funções
844 do Sistema Conselhos de orientar, disciplinar e fiscalização e que é preciso ter sempre em mente os limites

845 da profissão, que não temos ingerência sobre os graduandos, mas sobre os orientadores e coordenadores
846 dos cursos de psicologia. Ressaltou a importância de ações com a Abep. Alessandra Santos de Almeida
847 (CFP) disse que não temos consenso no texto, mas que temos consenso de que é preciso mais discussão.
848 Dessa forma, a relatoria do ponto sugere o direcionamento da discussão para as Comissões de Orientação e
849 Fiscalização – COFs para que haja discussão em outros espaços também. Jorge Antônio Tavares Peixoto
850 (CRP 05) entende o que foi proposto pelo CRP 16, mas que se for direcionado o debate para as COFs é
851 preciso que haja votação neste sentido. Alessandra Santos de Almeida (CFP) disse que é preciso votar a
852 constituição do Grupo de Trabalho. Dessa forma, procedeu-se ao regime de votação. Em regime de
853 votação. Proposta 1 – Aprovar a criação de Grupo de Trabalho: 08 (oito) votos; Proposta 2 - Não aprovar a
854 criação de Grupo de Trabalho: 50 (cinquenta) votos; Abstenção: 01 (um) voto. **Encaminhamento:** Não foi
855 aprovada a proposta do CRP-16 de criação de um GT para construir uma norma que operacionalize o
856 previsto na alínea “c” do Art.10 da Lei 5.766/1971. O CRP 23 teve que se ausentar às 17h25 (dezessete
857 horas e vinte e cinco minutos). **Ponto 28. GT NACIONAL EXTREMISMOS POLÍTICOS (Processo Sei nº**
858 **571200222.000002/2024-85).** Participaram do ponto: CRP 01: Ricardo Vasquez Mota, Juliana Sangoi e
859 Isadora Cristine Dourado Araujo; CRP 02: Edson de Souza Lima e Ana Carolina Freire Lopes; CRP 03: Ailena
860 Júlie Silva Conceição, Glória Maria Machado Pimentel e Elias Fernandes Mascarenhas Pereira; CRP 04:
861 Lorena Rodrigues de Sousa, Suellen Ananda Fraga e Daniel Caldeira de Melo; CRP 05: Francyne dos Santos
862 Andrade, Jorge Antônio Tavares Peixoto e Thaís Vargas Menezes; CRP 06: Davi Rodriguez Ruivo Fernandes,
863 Camila Andrade de Oliveira e Eduardo de Menezes Pedroso; CRP 07: Maria Luiza Diello, Oliv Caldieraro de
864 Souza e Mayra Medeiros Osório; CRP 08: Ana Ligia Bragueto, Andrey Santos Souza e Sérgio Bezerra Pinto
865 Júnior; CRP 09: Marco Aurélio da Silva Lima, Girlene Maria de Moura Carneiro e Marli Bueno de Castro; CRP
866 10: Eveny da Rocha Teixeira e Max da Costa Alves; CRP 11: Niveamara Sidrac Lima Barroso e Simone Maria
867 Santos Lima; CRP 12: Ematuir Teles de Sousa, Renata Cristiane Araujo de Lima Pierre Louis e Patricia Brígida
868 Estevão; CRP 13: Alcira de Lourdes Teotonio Cavalcanti e Juliana Freitas; CRP 14: Bárbara Marques
869 Rodrigues e Camilla Fernandes Marques; CRP 15: Bruno Gustavo Lins de Barros e Manoel Vieira de
870 Carvalho Alencar; CRP 16: Danthi Barbosa Lima e Ana Claudia Gama Barreto; CRP 17: Arthur Luiz de Oliveira
871 dos Santos e Tabita Aija Silva Moreira; CRP 18: Bella Kilomba e Keli Virginia Ebert; CRP 19: Mário Silvio de
872 Souza Fraga e Adriana Gomes do Nascimento; CRP 20: Jucimara de Souza Bernardes e Claudionor Pereira
873 da Costa; CRP 21: Saul de Melo Ibiapina Neres e Ivana Araújo Pereira Amorim; CRP 22: Ivone de Oliveira
874 Ferreira e Kassia de Sousa Martins; CRP 24: Hudson dos Santos Ribeiro e Lorraine de Oliveira Braga Prado;
875 CFP: Alessandra Santos de Almeida, Clarissa Paranhos Guedes e Marina de Pol Poniwas. O CRP 23 já havia
876 deixado a Assembleia na discussão deste ponto de pauta. Foi chamado Ematuir Teles de Sousa (CRP 12)
877 para apresentar o ponto. Ele pontuou acerca da necessidade de construir dispositivos de trocas que
878 possam contribuir para a ampliação das problematizações críticas sobre o papel da psicologia no
879 mapeamento da circulação de afetos políticos e dos modos de subjetivação atravessados por contextos de
880 extremismos políticos. O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina propõe para o Sistema
881 Conselhos de Psicologia a criação de um GT Nacional sobre Extremismos políticos, de modo que possam
882 pensar ações, tais como, caderno temático e/ou eventos, que possam problematizar esta questão junto à
883 sociedade e à categoria profissional. O CRP 12 propõe a produção de caderno temático e evento de
884 lançamento sobre Extremismos Políticos. Para que isto possa ocorrer, sugere a criação de GT Nacional
885 sobre o tema. Comentou sobre as internações involuntárias, as ameaças contra os professores, as células
886 nazistas, os grupos de violência. Francyne dos Santos Andrade (CRP 05) sugere que o Grupo de Trabalho se
887 chame “Fascismo ou Neofascismo Político”. Marina de Pol Poniwas (CFP) lembrou que no ano de 2018 (dois
888 mil e dezoito) o Conselho Federal realizou campanha contra os discursos de ódio. E ponderou que este tipo
889 de enfrentamento deve ser realizado permanentemente e perguntou qual seria o objetivo do Grupo de
890 Trabalho, pois estes possuem tarefas e duração definidas. Sugeriu que a Apaf recomende que as próprias
891 Comissões de Direitos Humanos abarquem a temática. Ematuir Teles de Sousa (CRP 12) disse que a
892 proposta é de elaboração de caderno temático via Apaf e que o Grupo de Trabalho nomeadamente daria
893 outro peso para a incidência nos territórios. E disse ainda que as Comissões de Direitos Humanos já
894 discutem a temática. E que o nome pode ser alterado conforme sugestão. Alessandra Santos de Almeida
895 considerou que é preciso votar pela constituição ou não do Grupo de Trabalho. Dessa forma, em regime de
896 votação: Proposta 1- Criação do Grupo de Trabalho Extremismo Político: 49 (quarenta e nove) votos;
897 Proposta 2 – Não criação do Grupo de Trabalho Extremismo Político: 07 (sete) votos; Abstenção: não
898 houve. Alessandra Santos de Almeida (CFP) disse que é preciso compor o Grupo de Trabalho. Após debate,
899 o Grupo de Trabalho foi composto por: Região Sul: CRP 12; Região Sudeste: CRP 16; Região Norte: CRPs 10
900 e 24; Região Nordeste: CRPs 03 e 17 e Região Centro Oeste: CRP 18. Alessandra Santos de Almeida (CFP)
901 lembrou que é preciso realizar a votação sobre o nome conforme sugerido: Grupo de Trabalho Psicologia,

902 Neofascismo e outros Extremismos Políticos. Dessa forma, em regime de votação. Proposta 1 – Aprovação
903 do nome “Grupo de Trabalho Psicologia, Neofascismo e outros Extremismos Políticos”: 44 (quarenta e
904 quatro) votos; Proposta 2 – Não aprovação do nome “Grupo de Trabalho Psicologia, Neofascismo e outros
905 Extremismos Políticos”: 07 (sete) votos; Abstenção: 06 (seis) votos. Disse que o objetivo do Grupo de
906 Trabalho é a criação de produção de caderno temático e evento de lançamento sobre Extremismos
907 Políticos. **Encaminhamentos: A)** Aprovada a criação de um GT sobre Extremismos Políticos, com o objetivo
908 de produzir caderno temático e evento de lançamento sobre Extremismos Políticos. **B)** Composição do
909 Grupo de Trabalho: Região Sul: CRP 12; Região Sudeste: CRP 16; Região Norte: CRPs 10 e 24; Região
910 Nordeste: CRPs 03 e 17 e Região Centro Oeste: CRP 18. **C)** Aprovada a alteração do nome do Grupo de
911 Trabalho para: Grupo de Trabalho Psicologia, Neofascismo e outros Extremismos Políticos. Os trabalhos
912 foram encerrados às dezoito horas e dois minutos. Esta Ata foi revisada por Izabel Augusta Hazin Pires,
913 Conselheira Secretária do Conselho Federal de Psicologia. Nada mais havendo a tratar, a referida Ata foi lida
914 e assinada pela revisora, pelo Presidente e pelas Secretárias da Mesa Diretora. _____

915
916 **Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da**
917 **categoria é composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma,**
918 **sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos**
919 **todos os gêneros.**



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Presidente**, em 17/12/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 18/12/2025, às 07:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Sabrina Batista Costa, Usuário Externo**, em 23/01/2026, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVEAMARA SIDRAC LIMA BARROSO, Usuário Externo**, em 23/01/2026, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2595592** e o código CRC **BC3720FB**.